

**Semi-Árido**

Ministério da Agricultura e do Abastecimento
BR 428, Km 152, Zona Rural, Caixa Postal 23
Fone: (0**81) 862-1711 Fax: (0**81) 862-1744
56.300-970, Petrolina-PE
E-mail: sac@cpatsa.embrapa.br

Documentos da Embrapa Semi-Árido

Nº 127, maio/99, p.1-28

DESENVOLVIMENTO LOCAL E ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS AGRICULTORES - O CASO DE MASSAROCA (JUAZEIRO-BA)

Edonilce da Rocha Barros¹
Eric Sabourin²
José Isac G. Peres³
Patrick Caron⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da cooperação entre a equipe de extensionistas da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola-EBDA de Juazeiro-BA, os pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônoma para o Desenvolvimento-CIRAD/Departamento de Sistemas Agroalimentares e Rurais-SAR e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, através do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido-CPATSA, que atuam juntos para implementar métodos e instrumentos de Pesquisa & Desenvolvimento (P & D) com as comunidades rurais da região de Massaroca, no município de Juazeiro-BA.

A primeira parte resume algumas características da área de intervenção apresentadas em trabalhos anteriores (Poudevigne et al., 1989; Rolim, 1987; Tonneau, 1994; EMBRAPA, 1994; Santana et al., 1994; Unidade de Planejamento Agropecuário do Município de Juazeiro-UPAGRO, s.d.).

Após quase dez anos de apoio à experiência de desenvolvimento local das comunidades rurais da região de Massaroca, município de Juazeiro-BA, a equipe técnica da EBDA, CIRAD-SAR e Embrapa-CPATSA iniciou, em 1994, um processo de dinamização do projeto através do acompanhamento das organizações de produtores.

Esse processo, com duplo objetivo de avaliação em andamento do projeto e de sistematização metodológica do acompanhamento das organizações de produtores, foi desenvolvido em dois níveis: nas associações comunitárias e na federação dessas associações o Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM).

¹ Socióloga, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Pça. Imaculada Conceição, 26, Centro, 48900-000 Juazeiro-BA.

² Sociólogo, Convênio Embrapa Semi-Árido/CIRAD, Cx. Postal 23, 56300-000 Petrolina-PE.

³ Engenheiro de Pesca, Extensionista, EBDA, Juazeiro-BA.

⁴ Veterinário, Convênio Embrapa Semi-Árido/CIRAD, Cx. Postal 23, 56300-000 Petrolina-PE.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.2

O segundo capítulo aborda, de maneira sucinta, a experiência de organização das associações dos pequenos produtores de Massaroca.

Na terceira parte, são apresentadas algumas das ações de apoio ao projeto de desenvolvimento local de Massaroca, através do acompanhamento dos dois níveis da organização. Neste capítulo, também, são analisadas as estratégias das organizações dos produtores, as formas de regulações elaboradas pelas comunidades e as associações e os métodos e instrumentos de acompanhamento utilizados pela equipe técnica.

O ESPAÇO AGRÁRIO EM MASSARÓCA (JUAZEIRO-BAHIA)

Caracterização do município de Juazeiro.

Situação geral

Situada à margem do Rio São Francisco, Juazeiro, sede do município, está a 500 km de Salvador, capital do Estado da Bahia, com acesso pela BR 407 (rodovia asfaltada). Juazeiro sempre foi "ponto de passagem", de transporte e de comercialização (Mapas 1, 2 e 3).

O município de Juazeiro faz parte da microrregião homogênea 004, UF 29 do Submédio São Francisco, no extremo norte da Bahia. É constituído de sete distritos: Itamotinga, Carnaíba do Sertão, Junco, Juremal, Massaroca, Abóbora e Pinhões.

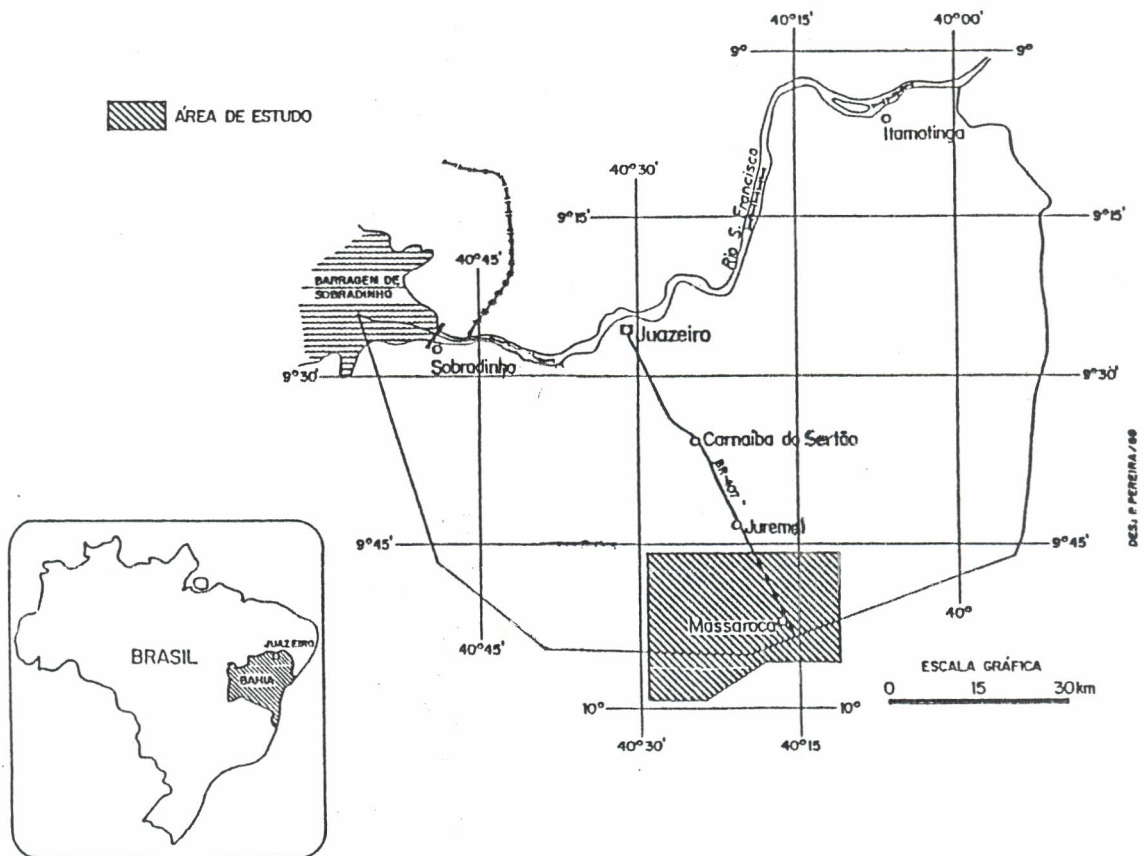
A superfície do município compreende uma área de 5.614 km². Seu clima é árido e semi-árido, com inclusão total no "polígono das secas". A temperatura média anual é de 24,2°C, com período chuvoso de novembro a março e outro seco de abril a outubro, com precipitação anual de chuvas oscilando entre 400 e 500 mm, extremamente variável, tanto no seu total como na sua distribuição (UPAGRO, 1994) (Rolim e Sena, 1992).

Recursos naturais

Predomina no município a vegetação típica da caatinga, muito diversificada, existindo trechos com cobertura vegetal estratificada de arbustos e poucas ervas e trechos com densa cobertura de árvores, que se unem pelas copas, formando uma vegetação mais abundante, misturada com arbustos e ervas. Esse é o domínio absoluto da umburana de cambão, do umbuzeiro, da baraúna, da aroeira, do marmeleiro branco e preto, do quebra facão, do mulungu, do fumo cravo, da quixabeira, da faveleira, das malváceas e do "juazeiro", árvore pertencente à família das ramináceas, de nome híbrido, pois provém do juá (em tupi, juá-fruto espinhoso) e do sufixo português zeiro (pé de) que originou o nome do município. É resistente à seca nordestina, sendo quase a única árvore que se observa verde quando a caatinga se torna cinza (Rolim e Sena, 1992).

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.3

Além do importante curso d'água que é a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, Juazeiro, conta com um rio que até há pouco tempo (anos 80) era perene - o Rio Salitre. Existem outros rios temporários, também afluentes do São Francisco, que ficam à sua margem direita, e fluem na estação chuvosa: Tatauí, Tourão, Poço Comprido e Curaçá da Vargem. Esta rede hidrográfica é, em parte, responsável pela forma de ocupação desse espaço.



Mapa 1. A área de Massaroca no município de Juazeiro-BA.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.4

O Zoneamento Municipal

O zoneamento agropecuário municipal de Juazeiro (UPAGRO, s.d.), definiu 16 unidades de desenvolvimento homogêneas. O distrito de Massaroca enquadra-se na Unidade Agricultura de Renda e Pecuária e corresponde a uma região privilegiada para a pequena produção diversificada. Santana et al. (1994) mostram como essa produção está hoje integrada ao mercado, tendo superado, em certos casos, a renda da pecuária. Destacam-se, em particular, os cultivos de melancia, mamona, mandioca e o extrativismo do umbu.

As comunidades rurais da região de Massaroca

Massaroca é um dos sete distritos do município de Juazeiro. Localiza-se a 57 km da sede municipal, em direção ao sul e é a imagem viva da grande diversidade de situações ambientais observadas no trópico semi-árido brasileiro.

A característica mais destacável da região, como em grande parte do nordeste do Estado da Bahia, é a existência de comunidades rurais, baseadas sobre relações familiares antigas e tendo um espaço fundiário usado em comum. Muitas vezes, este espaço é considerado como um patrimônio fundiário comunitário, o "fundo de pasto".

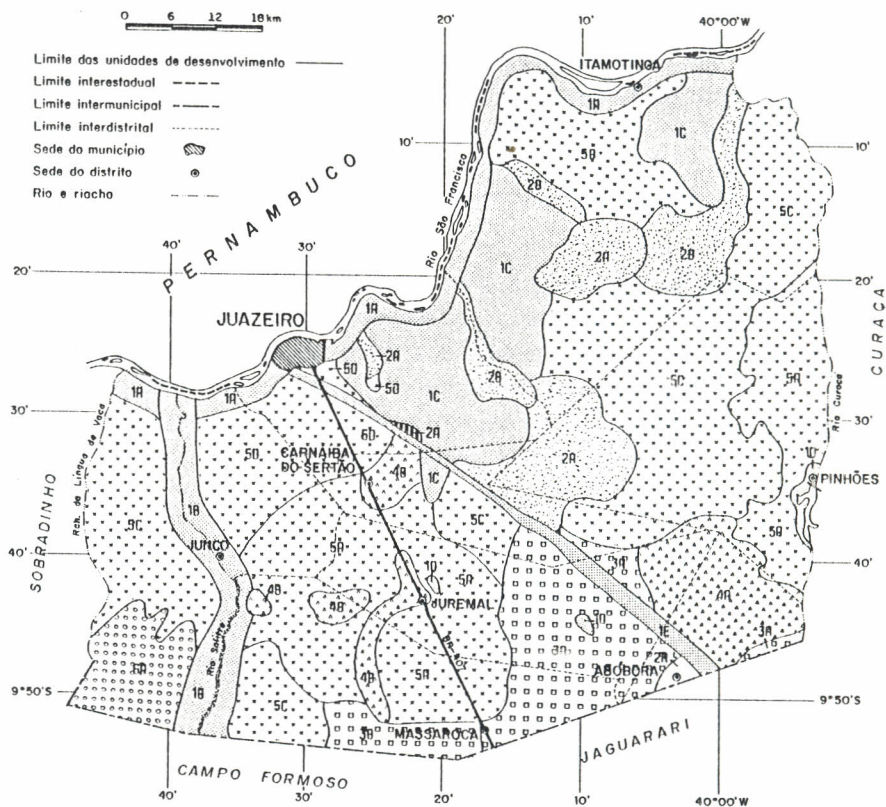
O projeto Massaroca reúne nove dessas comunidades relacionadas por laços de parentesco e de proximidade. Não corresponde exatamente aos limites administrativos do distrito de Massaroca. A sede do distrito apenas constitui o polo de atração (feira) para nove dessas comunidades da pequena região.

Aspectos da história agrária

O início da ocupação do espaço que reúne essas nove comunidades aconteceu em consequência da crise que se abateu sobre o criatório na região Nordeste, a partir da segunda metade do século XVIII. Essa crise consistiu na decadência da economia açucareira, demandadora de animais de trabalho e carne e na emergência do estado de Minas Gerais como principal polo de criação (Furtado, 1972). Tal situação levou os grandes proprietários latifundiários da região a se concentrarem nas proximidades do Rio São Francisco e de seu afluente perene, o rio Salitre, por apresentarem potencialidades superiores àquelas das zonas de caatinga mais afastadas. Criou-se, assim, um vazio territorial em condições naturais mais adversas que nas margens do rio, onde, a partir de 1800, instalaram-se fazendas familiares separadas por zonas de terras não apropriadas (áreas devolutas).

A divisão dessas propriedades por herança ou por venda levou à constituição de pequenas unidades familiares reunidas em comunidades que asseguram o uso comunitário das áreas devolutas chamadas localmente de "fundo de pasto" (Caron et al., 1992).

As atuais comunidades rurais apóiam-se, ainda hoje, no espaço físico das antigas fazendas (Fazenda Lagoinha, Fazenda Cipó, entre outras). A grande maioria dos membros é descendente dos vaqueiros que exploraram as terras no século XIX ou no início do século XX.



LEGENDA

DES.: PEREIRA/94

1	ÁREA IRRIGADA
1A	MARGEM DO RIO SÃO FRANCISCO
1B	VALE DO SALITRE
1C	PERÍMETROS IRRIGADOS
1D	AÇUDES
1E	ADUTORA
2	BACIA DE EMPREGOS
2A	ASSALARIAMENTO E AGRICULTURA DE RENDA
2B	ASSALARIAMENTO E PECUÁRIA
3	AGRICULTURA DE RENDA E PECUÁRIA
3A	MÉDIA DENSIDADE DEMOGRÁFICA
3B	BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

4	EXTRATIVISMO E PECUÁRIA
4A	VEGETAL
4B	MINERAL
5	PECUÁRIA
5A	COM POTENCIAL DE IRRIGAÇÃO
5B	INTEGRADO COM MARGEM DO R.S. FRANCISCO
5C	TRADICIONAL
5D	PERIFERIA URBANA DE JUAZEIRO
6	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
6A	SERRAS

Mapa 2. Mapa das Unidades de Desenvolvimento do município de Juazeiro-BA.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.6

A evolução dos sistemas de produção

Tradicionalmente, a área coletiva "fundo de pasto" era destinada ao criatório bovino (pastoreio em área de livre acesso) e à retirada de madeira e lenha; já as parcelas individuais cercadas eram destinadas aos cultivos alimentares (milho, feijão, mandioca).

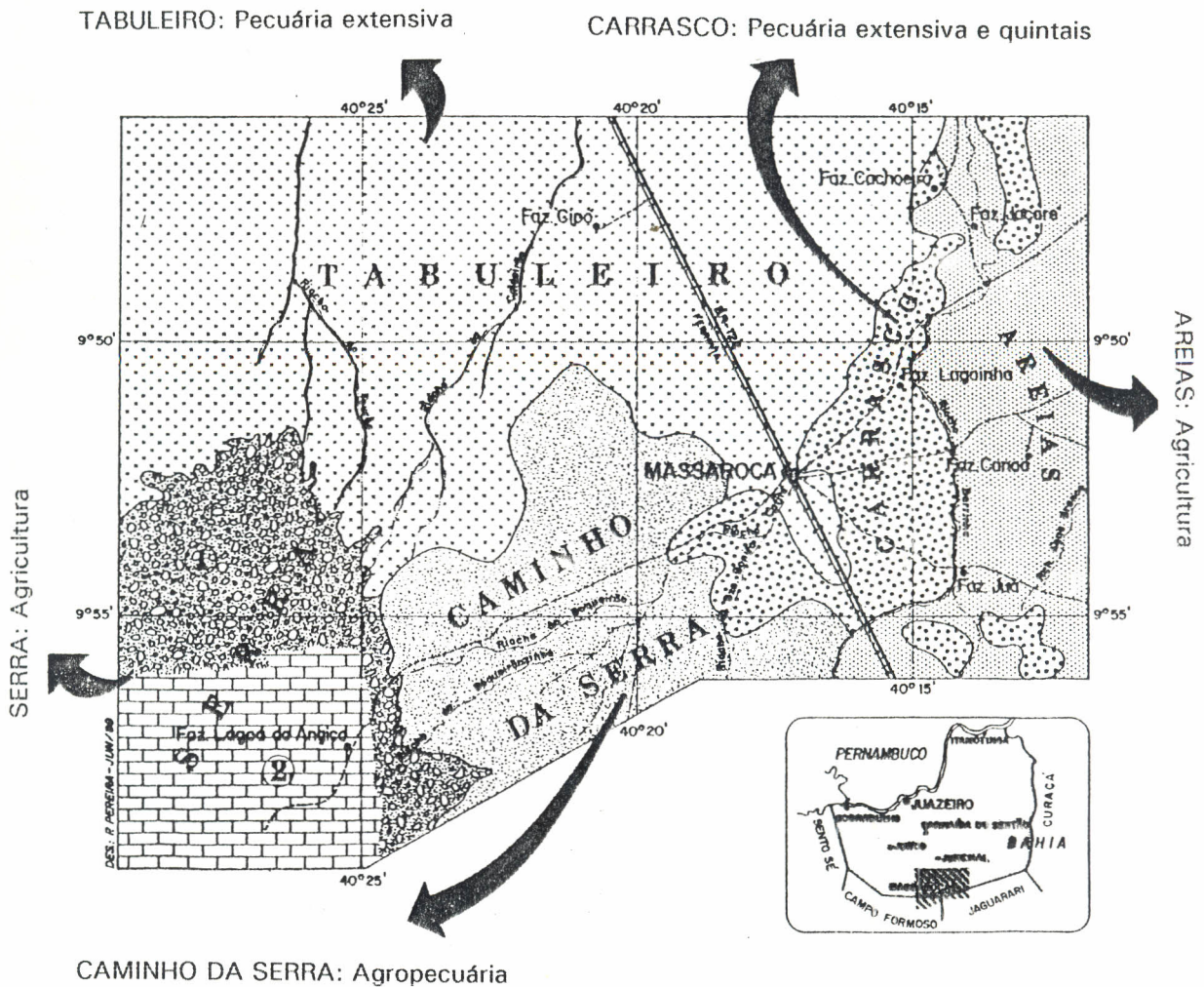
A partir da construção da rodovia Salvador-Juazeiro, nos anos 50, apareceram alguns cultivos de renda, a exemplo do algodão, mamona, sisal e, hoje, melancia de sequeiro. No entanto, o sistema de produção dominante continua sendo a pecuária extensiva em campo aberto. Com a diversificação da agricultura e a sua integração ao mercado, as áreas cercadas para os cultivos aumentaram, enquanto as áreas de caatinga são sempre destinadas à criação do rebanho.

Até a década de 50, a pecuária bovina era a principal atividade. Após esta década, com a redução do tamanho das propriedades, o acesso ao mercado, estradas, curtumes e a valorização dos pequenos animais (carne e couro), a exploração pecuária evoluiu para paridade em termos econômicos entre bovinos e caprinos ou ovinos. Hoje, a criação dos pequenos ruminantes (caprinos/ovinos) é a principal fonte de renda oriunda da pecuária dos agricultores, superando, geralmente, a do rebanho bovino (Embrapa, 1994).

Esta fonte de renda constitui ainda uma das poucas alternativas de capitalização para os pequenos agricultores, aproveitando a pastagem da propriedade comunitária.

O alimento é relativamente abundante na estação chuvosa (novembro a abril), rareando na estação seca (maio a outubro), quando o gado tem que procurar áreas úmidas, sozinhos ou conduzidos por seus donos, os vaqueiros.

O espaço disponível ainda é importante, embora haja um processo acelerado de cercado da terra. Além da diversificação dos cultivos, por causa da redução da pluviometria e do risco de seca prolongada, é, hoje, necessário constituir reservas de forragens, cercando áreas de pastagem natural (caatinga) para, eventualmente, se implantar pastagens artificiais (capim buffel - *Cenchrus ciliaris*). Essa tendência foi acelerada pela introdução do arame farpado e pelo acesso ao mercado e ao crédito que permitiu realizar o investimento das cercas. É um processo que, na realidade, vem transformando um sistema de pastagem coletivo aberto, através da apropriação individual do uso dos recursos.



Mapa 3. Mapa das Unidades geambientais das comunidades de Massaroca, Juazeiro-BA.

De fato, os agricultores fazem reconhecer títulos de propriedade privada.

Os recursos hídricos de superfície são restritos a riachos temporários e algumas lagoas e caldeirões de pedras que secam na época de estiagem. Os recursos em água subterrânea são de substancial importância, porém com água, por vezes, salobra. São utilizáveis para consumo animal e, eventualmente, para pequenas irrigações de salvação.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.8

Quanto às demais atividades produtivas, as semelhanças entre as comunidades também são bastante acentuadas. Comumente cultivam feijão macassar, mandioca, milho, batata-doce, abóbora, maxixe e guandu durante o período das chuvas, para atender à demanda familiar. A mamona, o sisal e o algodão eram as principais culturas de renda; a melancia de sequeiro, hoje, assume esse papel, sendo a única cultura que conseguiu, em certa oportunidade, dar ao produtor uma renda equivalente a 20 salários mínimos durante toda a safra. Associando-se à agricultura e à pecuária, outras atividades são exercidas pelos moradores, como o extrativismo da lenha para padarias e do umbu (fruto de sabor forte e de boa aceitação no mercado) vendido nas próprias comunidades e a intermediários que os revendem nos centros de Salvador e Juazeiro, BA, e Petrolina PE, e até São Paulo (SP).

O espaço social

As características marcantes nessas comunidades são a existência das relações de parentesco e de laços de solidariedade. Prevaecem ainda as relações de proximidade (contatos primários), fato esse observado nas manifestações sociais: festas, casamentos, enterros, visitas de cova, e também na produção em forma de ajuda mútua (mutirão) e de reciprocidade.

A proximidade de habitação (habitat agrupado) e a evolução dessas práticas conjugadas com a intervenção externa, definiram os grupos que hoje constituem as Associações Comunitárias.

A área do Projeto Massaroca abrange nove comunidades rurais, com uma população de aproximadamente 900 pessoas distribuídas em torno das 160 famílias. As comunidades são as seguintes:

Lagoinha	27 famílias
Lagoa do Angico	13 famílias
Lagoa do Meio	20 famílias
Canoa/Oliveira	26 famílias
Cachoeirinha	10 famílias
Caldeirão do Tibério	12 famílias
Cipó	10 famílias
Curral Novo/Jacaré	20 famílias
Juá/Saquinho	22 famílias

Estas famílias possuem um rebanho de caprinos e ovinos de aproximadamente 10.000 cabeças e um rebanho bovino de 800 cabeças, sendo, também, comum a criação de galinhas e porcos.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.9

As comunidades são dotadas de alguma infra-estrutura social e produtiva básica, tais como: pequenas barragens, cisternas comunitárias, poços artesianos, prédio escolar, cemitérios, roças comunitárias e casas de farinha, entre outras.

A análise dos discursos e das práticas e a identificação das redes de relações interpessoais confirmam que o sentimento de localidade é um elemento de coesão social. Portanto, tem propiciado a solidariedade e a organização comunitária. Apesar de existir alguma diferenciação de renda e de padrão de consumo entre as famílias ou grupos, não se caracteriza uma estratificação acentuada, cujos padrões de hierarquia são estabelecidos quase que exclusivamente pelo fator etário. Recentemente, a intervenção externa e o crédito têm provocado uma diferenciação sócio econômica acelerada, em particular através do cercamento das propriedades.

O compadrio é também um compromisso social levado muito a sério e objeto de grande respeito entre as partes. Além dos mais velhos, também gozam de prestígio e respeito nessas comunidades os rezadores, benzedores e curandeiros. Um elemento que passa a ter uma nova legitimidade ou autoridade entre os grupos é o presidente das associações comunitárias.

Esses valores configuram um modo de vida e uma cultura específica dessas comunidades; devem, portanto, ser levados em consideração para qualquer tipo de intervenção.

A DINÂMICA ASSOCIATIVA DAS COMUNIDADES

História das associações de Massaroca

As associações de Massaroca foram constituídas nos anos 80 com o apoio da Igreja, influenciada pela teoria da libertação (Comunidades Eclesiais de Base - CEBs), e da EMATER-BA, através da intervenção dos primeiros "Projetos Especiais" voltados para o Nordeste, a exemplo do PDRI-Nordeste, Projeto Sertanejo, Projeto São Vicente, Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP e muitos outros. As associações foram criadas com dois objetivos iniciais: a) proteção das áreas de fundo de pasto de uma eventual desapropriação das extensões de vertisolos para realizar o projeto de irrigação "Salitrão"; b) acesso aos financiamentos públicos. Face a esses dois desafios, a palavra de ordem das comunidades foi "União de todos". Houve uma aceleração na formalização dessas associações, a partir de 1983, quando foi considerada a possibilidade de se incluir no Projeto Nordeste um item específico para a questão "Fundo de Pasto".

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.10

Segundo Rolim (1987), convencionou-se chamar de "Fundo de Pasto" as propriedades coletivas, ocupadas, de modo geral, por uma comunidade (muitas vezes de origem familiar comum), onde se realiza como atividade predominante, um pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, associado à agricultura itinerante. O fundo de pasto, ou "feches" corresponde à figura jurídica do "compascuo", quer dizer, pasto comum ou local em que se apascenta o gado comunitariamente. Rolim (1987) lembra que essas comunidades "pasteiras" configuram um modelo singular de posse e uso da terra cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva, ao contrário da maioria dos municípios do Sertão, onde obrigou-se, por lei, os criadores a cercar os animais, acabando com o pastoreio coletivo. No Nordeste da Bahia, essa prática foi mantida. Foram nessas zonas de menor densidade ou de ausência de latifúndios que se desenvolveu a pequena produção, quando os recursos hídricos permitiam. É uma consequência da pressão fundiária menor.

Rolim (1987) comenta a respeito: "Mesmo considerando as diversidades internas ao modelo - condomínio integral, condomínio parcial ou os chamados "feches" - há um princípio comum de unicidade representado pela forma de vida comunitária que ali se desenvolve". Porém, as indefinições legais e de limites das terras de fundo de pasto, têm ensejado as invasões ameaçando a integridade e até mesmo a sobrevivência dessas formações sociais.

Portanto, o primeiro objetivo da criação das associações na região de Massaroca, como no conjunto das áreas de sequeiro do município de Juazeiro, foi a regularização fundiária. A criação de uma entidade jurídica comunitária (as comunidades não têm existência legal) permitiu legalizar a propriedade coletiva das terras de fundo de pasto. O segundo objetivo para todas as comunidades que não têm fundo de pasto, era a obtenção de financiamentos (subsídios, créditos).

De fato, o chamado projeto "Fundo de Pasto", além da ação fundiária, desenvolveu uma assistência sócio econômica através da outorgação de créditos e subsídios para infra-estruturas comunitárias. Neste sentido, as associações foram os instrumentos privilegiados do acesso aos financiamentos dos diversos projetos especiais que apareceram depois do PRDI-Nordeste, inclusive em áreas sem fundo de pasto.

Passaram a participar dessas ações a Secretaria de Agricultura, o Instituto de Terras da Bahia - INTERBA e a CAR, órgão da Secretaria de Planejamento do Estado, que repassava os financiamentos especiais, através da EMATER-BA, hoje EBDA.

Através do Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca

O Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca - CAAM, foi criado em 1989, congregando nove associações da região. A idéia de criação do comitê nasceu de uma viagem de intercâmbio de alguns dirigentes das associações comunitárias à França, para uma visita aos agricultores da região de Montpellier, organizados no seio do Comitê des Hautes Garrigues.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.11

Esta viagem foi organizada pelos técnicos da cooperação francesa que trabalhavam no CPATSA e atuavam na região de Massaroca.

A viagem tinha vários objetivos, sendo o principal deles a troca de experiências com o seguinte questionamento: em que os agricultores de Massaroca, a partir da sua experiência comunitária, poderiam ajudar a organização dos agricultores da França? e em que os agricultores organizados da França poderiam ajudar os de Massaroca? Ao retornarem da viagem, foi discutida a possibilidade de criação do comitê, a exemplo do Comitê des Hautes Garrigues, no sentido de conjugar esforços para melhor conduzirem as ações para o desenvolvimento local.

O objetivo da criação do CAAM foi precisamente conjugar os esforços das nove comunidades para implementar uma série de projetos de desenvolvimento de interesse global para a população local, tanto do ponto de vista da produção agropecuária, como dos aspectos socio-econômicos.

Além de prestigiar a população local através de uma representação considerada superior àquela das associações comunitárias, o comitê teve a sua primeira atuação ligada a um projeto muito popular, de crédito rural alternativo. Esta experiência foi possível graças à obtenção, junto à Cooperação Francesa, de um fundo financeiro rotativo. Logo, a divulgação da experiência de P & D pelos órgãos de assistência técnica e de pesquisa, trouxe a televisão nacional (Globo Rural) em Massaroca, reforçando a "legitimidade" do CAAM ao nível da região.

Características das organizações

Organização interna e funcionamento

a) O caso das associações comunitárias

Cada associação tem o seu estatuto, adaptado do modelo da sociedade civil sem fins lucrativos. Reúne como sócios os produtores agropecuaristas membros das comunidades. Todas elas são administradas por uma Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Uma Diretoria é composta de, no mínimo, cinco membros eleitos para o mandato de um a dois anos. No início, só os homens (sócios cotistas) eram considerados sócios efetivos. Pouco a pouco, as mulheres vêm participando e estão recebendo carteirinhas de sócio, assim como os jovens.

b) O caso do Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM)

É uma associação civil, federando as nove associações comunitárias. A Diretoria e o Conselho Fiscal (nove membros, no mínimo) são eleitos para dois anos entre o conjunto dos delegados das nove comunidades (18 pessoas, ou seja, um representante e um suplente).

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.12

A Diretoria que gerencia o comitê e os seus projetos se reúne todo mês (dia 8). Esta reunião nasceu no ano de 1992, pela necessidade de acompanhar regularmente a gestão do crédito e foi ampliada depois para outros assuntos. Na época, a diretoria do Comitê e a Comissão de Crédito eram confundidas com a ampliação das atividades. Este esquema foi se modificando. Ao longo dos anos, foram organizadas comissões temáticas para tratar dos diversos projetos do Comitê (Comissão de Crédito, Comissão de Equipamentos, Comissão da Capacitação e Comissão do lote irrigado). Estas comissões discutem, avaliam e acompanham os trabalhos que lhes correspondem.

A sede do comitê (Lagoinha) é o espaço e o lugar de encontro entre as nove associações, que mobilizam, sobretudo, os dirigentes, delegados, ou membros das comissões temáticas. As festas, as celebrações e os demais eventos sociais (casamentos, funerais, entre outros) reúnem mais gente e são oportunidades de intercâmbios mais amplos.

As relações com o exterior

Dadas as dificuldades de acesso à infra-estrutura e ao crédito bancário para os pequenos produtores, as associações tornaram-se instrumento de acesso ao financiamento público, ao crédito ou aos subsídios públicos. A associação assume um papel de interface entre a sociedade doméstica local e a sociedade moderna (administração, órgãos públicos, economia de mercado).

Elas vêm a ter um papel de representação legal e jurídica junto ao poder político (a escala local só é representada politicamente ao nível do município que constitui a unidade administrativa de base no Brasil) e de negociação de projetos e recursos junto aos poderes econômicos públicos (governo) ou privados (bancos, organizações não-governamentais, fundações).

Isto acontece apesar de o Comitê não corresponder a uma entidade administrativa, inclusive algumas associações são formadas em comunidades que não pertencem ao município de Juazeiro, mas ao município de Jaguarari, por exemplo. Demonstra, também, a falta de estruturas administrativas de base, entre os indivíduos e o município. Não tendo representação distrital, muitas vezes, a comunidade é representada pela sua associação comunitária. Por outro lado, as estruturas tradicionais que asseguram essa relação entre a população e a administração municipal permanecem. São, por exemplo, os chamados "cabos eleitorais". Geralmente funciona uma estrutura dupla:

- a associação trata de certos assuntos com as administrações;
- o "cabo eleitoral" trata de outros (ou dos mesmos) assuntos com os indivíduos: vereadores, prefeito ou deputado. Em muitos casos, existe uma dupla forma de negociação.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.13

De fato, as atividades associativas, enfim, os projetos, são muito ligados à intervenção externa e, portanto, ao poder de negociação dos líderes locais junto aos diversos poderes locais ou regionais (Coulmin, 1986):

- a) Poder político (Prefeitura Municipal, deputados, Igreja, notáveis);
- b) Poder econômico (ONG, fundação de apoio ao desenvolvimento, SEBRAE, entre outros);
- c) Poder técnico e científico (órgãos de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, ONG, universidades, escolas técnicas e escolas rurais).

Na maioria dos casos, no Nordeste do Brasil, esses três poderes são interligados, ou na escala local (estão confinados numa só administração, por exemplo à da prefeitura municipal) e/ou na do estado.

Neste contexto, a organização que tem maior poder de contato, de negociação e de barganha mobiliza sempre mais recursos e apoio para os seus projetos locais ou comunitários.

Assim, a partir de 1990, algumas das nove associações comunitárias entraram, de certo modo, num período de poucas atividades. Podemos diferenciar alguns casos particulares:

- Canoa, tradicionalmente ligada através dos seus líderes ao poder estadual (deputado) ou municipal (Prefeito, Vereadores);
- Lagoinha, que por ter a sede do Comitê de Massaroca, teve a sua atuação, às vezes, confundida com aquela do Comitê. Ela se beneficiou de apoios mais importantes (ajuda da Embrapa na repartição das experimentações e dos testes em meio real, por exemplo) e, sobretudo, das infra-estruturas comuns ou intercomunais (sede do comitê, escola nova, casa de farinha, apesar de a produção ser reduzida, centro de capacitação, várias cisternas comunitárias, um poço com chafariz e outras infra-estruturas hídricas).

O fato de Lagoinha ficar mais perto da BR e da sede do distrito e ser de mais fácil acesso para os diversos agentes externos, pode ter influenciado esta densidade de "projetos pilotos" ou "unidades demonstrativas". Por outro lado, o carisma individual de uma liderança como o presidente do Comitê, oriundo de Lagoinha, é outro fator fundamental (Tonneau, 1994).

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.14

b) O Comitê e as relações externas

Uma das razões da criação do Comitê, foi precisamente a necessidade de as comunidades terem um órgão de representação face ao exterior, que fosse mais abrangente que as associações comunitárias. De fato, além de algumas associações que mantêm relações privilegiadas com técnicos da extensão, vereadores ou políticos locais, muitos dos contatos com o exterior passam pelo Comitê, essencialmente através da diretoria, eventualmente via as comissões temáticas. Outra razão foi, sem dúvida, a própria estratégia da comunidade de Lagoinha, para dar mais força às suas próprias reivindicações.

Foi neste sentido que o comitê, a partir da sua criação, veio a ocupar o cenário local e municipal, tornando-se um interlocutor de mais fácil acesso e, aparentemente, mais eficiente para a administração e para os órgãos públicos, pois é mais fácil tratar com uma só organização, em vez de nove associações como era o caso na região de Massaroca.

O comitê mantém, portanto, relações com as diversas entidades de apoio ao desenvolvimento (Assistência Técnica e Extensão Rural pública, privada, ONG, Centros de Pesquisa, Universidade, entre outras), com a Prefeitura Municipal e as suas diversas secretarias (Desenvolvimento Econômico e Interior, Obras e Educação). Também manteve uma cooperação internacional com uma organização de produtores da França. Entretanto, o Comitê não procurou se relacionar com as demais associações de produtores do município ou da região. Ao contrário, resistiu em filiar novas associações que o solicitaram. Da mesma maneira, somente manifestou, muito recentemente, interesse em se envolver com o movimento social e político na escala do Estado ou da região (Central de Informação aos Produtores, sindicatos, movimentos associativos). No caso do município de Juazeiro, o comitê era oficialmente membro fundador (e representante) da Unidade de Planejamento Agropecuário (UPAGRO) do município de Juazeiro. Todavia, quase não participou das reuniões e debates, porque os seus dirigentes acharam que não oferecia nenhuma vantagem com relação aos canais de negociação tradicionais mantidos com a Prefeitura. Porém, quando tratou-se de agilizar o outorgante de créditos através da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, o Comitê juntou-se ao movimento de reivindicação dos "fundos de pasto" e da reforma agrária.

Resultados e dificuldades

A evolução das associações comunitárias

Além de garantir a propriedade legal das terras comunitárias, a ação de fomento às associações vinculou-se à de apoio à produção agropecuária (assistência técnica, crédito, subsídios para infra-estruturas comunitárias). Os financiamentos foram obtidos essencialmente junto aos Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, da SUDENE (PAPP-APCR). Foram construídas casas de farinha associadas a roças comunitárias de mandioca, cisternas comunitárias ou individuais, barreiros, açudes e cercas.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.15

Pode-se dizer que durante estes dez anos (1985-1996), mediante a presença da extensão rural e da pesquisa, com algumas oportunidades de financiamento, as associações funcionaram como representação das comunidades perante a administração pública. Elas traziam benefícios à população na forma de infra-estruturas ou equipamentos comunitários. Entre 1990 e 1994, houve um período de redução dos financiamentos públicos e, portanto, da assistência técnica oficial, o que provocou uma diminuição ou até uma paralisação das atividades em algumas das associações.

A experiência do comitê de associações

O Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca pode ser considerado um resultado significativo desse longo percurso de ação integrada na região entre as associações, a pesquisa, a extensão, a cooperação francesa, as ONG, entre outras. Primeiro, por reunir nove organizações de pequenos agricultores em torno de um único objetivo - o desenvolvimento local e, segundo, por sua busca de autonomia para tentar resolver os problemas locais. Podemos citar como exemplos:

a) O Projeto de Crédito Alternativo

Esse Projeto contribuiu para fortalecer algumas inovações técnicas e sócio-econômicas e, sobretudo, permitiu o acesso a investimentos e custeios que dificilmente teriam sido atendidos pelo crédito oficial (animais, cercas, culturas...).

Como qualquer projeto de financiamento, contribuiu para uma aceleração da diferenciação sócio econômica entre os produtores dessa região.

A experiência do crédito foi interrompida no ano de 1993, quando a terrível seca levou o Comitê a investir grande parte do saldo do fundo num caminhão para assegurar o transporte de água, e teve que estender prazos para o ressarcimento dos empréstimos. A experiência foi útil; depende, agora, do Comitê estabelecer os meios de renová-la, começando por exigir o pagamento das dívidas contraídas, em atraso. Isso constitui um verdadeiro processo de aprendizagem das dificuldades de gestão de atividades econômicas coletivas.

b) O Projeto Caminhão: aquisição e administração

Em 1993, o Comitê investiu parte dos recursos do crédito para complementar os recursos provenientes da Serra Seranne para aquisição de um caminhão, com o objetivo de abastecer as comunidades com água, face a grande seca que assolava a região. Submetidos às condições impostas comumente pelos "carros pipas" oficiais, o caminhão trouxe, de uma certa forma, uma autonomia para os agricultores dessa região, já que eles próprios o administravam. Outrossim, podemos dizer que o caminhão representou o aspecto mais concreto do sentido da "organização", pois em torno dele teve que ser pensada a forma de uso, prioridades e responsabilidades uma vez que era um patrimônio comum.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.16

Foi o caminhão o ponto de partida de explosão de todos os problemas até então camuflados da organização. Em torno dele, emergiram grandes questões que deram sentido à estrutura do comitê, vista até então como a instituição de crédito "fácil" para as comunidades.

Também, o caminhão serviu de base para a participação mais acentuada dos jovens no comitê e, principalmente, das mulheres, já que a água lhes diz muito respeito. Começou, então, em torno desse bem palpável e coletivo, uma série de dificuldades que foram servindo de experiência de gestão de atividades econômicas, sociais e coletivas.

c) O Projeto do Lote Irrigado

O impacto das diversas secas como a de 1993 e da sucessão de anos com importante déficit pluviométrico, levou o comitê a se preocupar com o acesso à irrigação. Entre os técnicos que apoiavam o projeto, existiam duas tendências: favorecer as experiências de irrigação de salvação localizada a partir de poços (e, eventualmente barreiros) ou ter acesso a terras irrigadas, perto do rio ou nos perímetros irrigados.

As duas experiências foram realizadas. Os primeiros resultados limitados não permitiram uma avaliação definitiva. A participação do comitê na aquisição e nos resultados financeiros de um lote irrigado (fruticultura, com destaque para a uva de mesa), situado em Petrolina-PE, no Perímetro Senador Nilo Coelho, foram possíveis graças a um financiamento por parte da Cooperação Descentralizada da Região de Montpellier (França) e de um grupo de agricultores franceses dessa zona. A gestão desse lote irrigado deverá ser transmitida ao comitê num período de dez anos de experiência de acompanhamento pela associação de agricultores franceses, a partir do ano 2003.

d) O Projeto do Centro de Formação Rural de Massaroca

O comitê é co-responsável pela implantação em Massaroca de um projeto de capacitação rural alternativo, contemplando o eixo escolar (1o. grau maior), o curso supletivo e um eixo de educação de adultos (cursos profissionalizantes): formação de dirigentes, gestão de projetos, entre outros.

O eixo escolar contempla a criação de uma escola experimental rural (alternância entre escola e trabalho na propriedade familiar), baseada numa pedagogia multidisciplinar e adaptada à realidade local. Iniciada em 1995, já estão funcionando as turmas da 5a. à 8a. série.

O eixo de educação de adultos proporciona a realização de uma série de cursos de caráter prático, técnico e/ou profissionalizante (artesanato de couro, manutenção de motores, construção de cisternas, alimentação, tratamento dos animais, esfolagem das peles, cortes de carne, etc).

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.17

A escola rural e o conjunto do Centro de Formação têm contribuído muito para a afirmação da emancipação do Comitê das Associações. Hoje, este tornou-se o interlocutor privilegiado na região para as administrações municipal e estadual, para a extensão rural e para a pesquisa agropecuária.

Neste último quadro, foram experimentadas uma série de inovações tecnológicas, metodológicas e institucionais em termos de desenvolvimento rural com o apoio da Embrapa e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola-EBDA.

Os trabalhos mais importantes têm a ver com a pecuária (manejo da caatinga, cultivos forrageiros, criação de ovinos e caprinos, sanidade animal, etc), com os recursos hídricos (barreiros, cisternas, pequena irrigação com cata-vento) e com os métodos participativos de difusão de inovações, planejamento e organização local (grupos de interesse temáticos).

Os problemas e a sua expressão

As primeiras avaliações foram limitadas às atividades do Comitê, relegando a situação das associações comunitárias.

Depois da grande seca de 1993, houve uma retomada do apoio às organizações das associações comunitárias, com um acompanhamento mais sistemático, por parte da equipe ADAC/EBDA/Embrapa/CIRAD, onde se observou os seguintes aspectos:

- vários problemas tinham sido observados a nível das associações, entre outros, a não participação dos delegados das comunidades nas reuniões do comitê; as reuniões comunitárias reduzidas; a redução das atividades; o atraso ou ausência de processo de renovação das diretorias. Isto coincidiu, também, com um período de afastamento dos técnicos.

Diversas causas foram identificadas: a centralização das decisões, ações e informações ao nível do Comitê foi a mais invocada. Houve, de fato, uma monopolização da representação pelo Comitê frente ao exterior com certa passividade das associações em certos casos - foram os presidentes das associações que formaram a primeira diretoria do comitê. Acompanhado a isso, houve uma falta de circulação da informação do Comitê para as associações, e no seio das associações. Por outro lado, coincidiu com uma relativa escassez de recursos nos órgãos técnicos (projetos especiais e crédito agrícola) e, portanto, com o afastamento dos técnicos dos diversos órgãos por falta de recursos ou por frustração. Finalmente, houve uma "parada" do crédito do Comitê por problemas de gestão do fundo rotativo (não ressarcimento de R\$ 30.000), associada a problemas de participação e capacitação das associações de base, originada pela falta de fiscalização e de controle social do comitê.

DOC/127; Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.18

Essa situação provocou algumas conseqüências negativas na organização:

- indefinição das responsabilidades e deveres dos líderes das associações e delegados de comunidades;
- indefinição do papel do Comitê e do papel das associações;
- acumulação de funções entre diretoria do Comitê, Comissão do Crédito e manejo do Fundo de Crédito (gestão, decisão, operacionalização);
- indefinição entre cargos e funções comunitárias, permitindo satisfazer privilégios ou interesses pessoais de alguns líderes.

De fato, tanto ao nível das associações como ao nível do comitê, a apropriação das organizações pela base (as comunidades, no caso das associações, as associações, no caso do Comitê) ainda era insuficiente. Existia um distanciamento do comitê com relação às associações comunitárias, deixando de oportunizar a integração das mulheres e dos jovens e de promover a capacitação dos seus dirigentes e sócios.

Isto foi particularmente sensível no caso da gestão dos projetos e das relações externas.

A própria dificuldade em assegurar a gestão dos recursos dos financiamentos e dos projetos manejados pelo Comitê foi um motivo a mais para a diretoria não deixar circular a informação de maneira transparente.

Os problemas da não circulação da informação têm várias causas, podendo-se citar, entre as principais:

- a falta de prática de gestão das organizações e de transmissão da informação;
- a tentativa de conservar o poder por parte da primeira diretoria do Comitê diretamente ou manipulando "representantes";
- o papel da intervenção externa, preponderante na criação das associações comunitárias (o estado) como do Comitê (a cooperação internacional).

O motivo alegado para a não inclusão de novas associações comunitárias no Comitê foi sempre a falta de recursos e a prioridade para o fortalecimento da estrutura existente. De fato, depois do fim do crédito público (final dos anos 80) e com a interrupção do crédito alternativo, houve uma fase de crise de acesso aos financiamentos. Segundo os técnicos, como o Comitê se beneficiava do prestígio, era precisamente o momento de crescer, de estender a dinâmica da união junto às demais organizações de pequenos produtores do município e do Estado, para poder reivindicar recursos. Houve até o espaço "privilegiado" UPAGRO, para favorecer uma representação municipal dos pequenos agricultores organizados e a negociação de projetos. O Comitê, membro fundador de direito, participou de maneira esporádica desta entidade.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.19

Ao contrário das orientações apoiadas pelos técnicos, o Comitê adotou uma estratégia estritamente local, chegando até a ser substituído das associações comunitárias. A maioria delas, talvez acostumadas a uma intervenção assistencialista do Estado, reagiram com certa cumplicidade ou passividade.

De fato, houve uma conjunção entre a redução da atividade, a dinâmica das associações comunitárias e uma crise de crescimento do Comitê que teve, às vezes, algumas dificuldades em gerir os diversos projetos e os financiamentos recebidos, ocasionando críticas ou queixas por parte de alguns membros das comunidades.

Foi nesse contexto que a assistência técnica e extensão rural (EBDA), o Projeto de capacitação rural (ADAC, Universidade, Prefeitura Municipal, ONGs) e a equipe P & D do CPATSA retomaram, em 1993, os trabalhos junto às comunidades de Massaroca, depois de um período de afastamento e de falta de recursos públicos. Uma das finalidades identificadas era o apoio à dinâmica associativa.

O APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES E AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O projeto de desenvolvimento global de Massaroca

Encaminhado desde 1987, o projeto de desenvolvimento local articulado pelas associações e, a seguir, pelo Comitê, com o apoio de vários órgãos técnicos, constituiu-se numa tentativa de um plano global de desenvolvimento rural. Após uma primeira fase inicial muito dinâmica, bastante assistida, entrou numa etapa de responsabilidade gradual das estruturas locais.

O plano global

Apesar de um esforço muito grande em elaborar o Plano Global de Desenvolvimento - PGD, ainda não foi possível tê-lo concretamente. Consideramos os anos de 1995 e 1996 como determinantes para a concretização desse PROJETO, já que existem os planos comunitários elaborados em cada associação, expressando, assim, as reais necessidades da população. Ao nível do comitê, foram feitas uma sistematização e priorização das grandes linhas de ação nas áreas de produção agropecuária e da infra-estrutura comunitária. Algumas ações já estão em andamento: construções de cisternas familiares e cercamento de fundo de pasto. Hoje, podemos considerar que o plano é aquele das associações e do Comitê, na medida que a maioria dos financiamentos e recursos humanos são assumidos por essas entidades locais.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.20

O projeto de capacitação

A avaliação das carências em matéria de formação, informação e organização dos produtores, levaram o Comitê a colocar o problema da formação de todos, não apenas dos jovens, como reclamava a população, mas também, dos adultos:

- das mulheres (diversificação das tarefas);
- dos dirigentes (responsabilidades novas);
- dos jovens fora da idade escolar/curso supletivo).

Concebido desde 1991, esse projeto só começou a funcionar em 1994 para as ações de educação de adultos (cursos profissionalizantes, cursos práticos, gestão e administração) e em 1995 para o eixo escolar (primeiro grau maior).

A maior dificuldade residiu na adaptação de um currículo alternativo e experimental ao regimento comum das escolas primárias que dependem da Prefeitura Municipal de Juazeiro.

A estratégia de acompanhamento das associações

Dentro do enfoque P & D já adotado desde a colaboração entre o CPATSA, a EBDA, ADAC e o Comitê, partiu-se para um ajuste ou uma atualização dos planos de desenvolvimento comunitário a partir de um sistema de planejamento participativo: a análise da situação e das demandas, a restituição, identificação/hierarquização de problemas e soluções, formulação de um plano local, reorganização da associação e execução do plano. Esta estratégia visava corrigir as carências ou os problemas de funcionamento identificados na avaliação da fase anterior.

A metodologia e suas etapas

a) Análise da situação/reajuste do diagnóstico

Não se trata de uma ação inovadora, pois esta era a concepção do projeto desde a sua implementação em 1987. Vale ressaltar que mesmo seguindo os passos metodológicos anteriores, os atores mudaram, principalmente os técnicos. Nessa retomada do diagnóstico, não estava em debate o conhecimento da realidade, principalmente geo-ambiental, mas sim das interrelações entre os atores locais. Isso porque partiu-se da constatação de elementos que dificultavam o avanço das organizações (associações e comitê). Os objetivos principais dessa etapa de trabalho eram:

- identificar os problemas e dificuldades de funcionamento das associações e da relação com o comitê;
- avaliar a dinâmica interna das associações e das relações com o comitê;

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.21

- verificar as conseqüências da seca (93/94) em termos de produção e migração;
- levantar as demandas em matéria de educação e capacitação, para implantação do centro de formação;
- buscar avaliar o impacto da intervenção externa (administração e serviços técnicos).

Os passos e instrumentos metodológicos estão baseados nos mesmos do diagnóstico anterior:

- reuniões comunitárias com os membros das associações (entrevista coletiva) e verificação da formulação dos problemas;
- aplicação de um questionário individual por unidade de produção/família;
- entrevistas abertas com pessoas - chaves em cada comunidade;
- sistematização, tratamento qualitativo e quantitativo dos dados;
- retorno da informação nas diversas comunidades (restituição);
- sessões de trabalho para sistematização dos problemas, das demandas e identificação de soluções.

b) Formulação de planos de desenvolvimento das comunidades

Objetivos:

- melhorar e/ou solucionar problemas prioritários da comunidade quanto a infraestrutura, produção ou valorização agropecuária;
- redinamizar um processo participativo de desenvolvimento local através das associações.

Metodologia:

- restituição dos resultados da atualização do diagnóstico e do levantamento das demandas;
- discussão dos problemas, hierarquização e procura de soluções e propostas;
- transformações das propostas em planos operacionais;

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.22

- discussão do papel da associação na responsabilidade da execução dos planos e projetos.

c) Dinamização das práticas associativas

A discussão sobre o papel e o funcionamento da associação foi conduzida paralelamente às sessões de trabalho sobre a formulação e implementação dos planos comunitários.

Foi utilizada uma metodologia inspirada tanto nas técnicas de restituição (provocação, anedotas, histórias, exemplos, questionamentos) como nas técnicas de dinâmica de grupo adaptadas para cooperativas e associações pela equipe do projeto Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Banco do Nordeste - PNUD/BN, (metodologia GESPAR), formação de painéis ao vivo com muitas cores e desenhos no momento das discussões.

Instrumentos desenvolvidos e utilizados:

O processo metodológico tentou integrar de maneira interativa os dois objetivos interligados:

- 1) redinamizar as associações para assegurar ações de desenvolvimento local, e
- 2) construir com cada associação ou comunidade um plano de ação local que defina o papel e as funções da associação.

As reuniões ou sessões de trabalho seguiram a seguinte progressão:

1ª etapa - Planejamento Comunitário

- restituição dos resultados do diagnóstico/análise das demandas;
- hierarquização dos problemas e das demandas;
- estabelecimento das linhas gerais do Projeto Global de Desenvolvimento - PGD (associativismo, valorização produtiva, valorização social), e
- construção de um plano de ação comunitária.

2ª etapa - Operacionalização do Plano Comunitário Local

- discussão do papel da associação;
- encaminhamento dos projetos elaborados, e

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.23

- elaboração do plano - definição das funções da associação e execução.

Resultados e comentários

A discussão da instrumentalização dos projetos e das ações comunitárias foi efetivamente um elemento chave para introduzir o tema da associação. A mesma contribuiu para uma tomada de consciência que vem levando os sócios a reconhecer o papel da associação e a sua função.

O enfoque funcionou, na medida que em cada comunidade, houve sempre um projeto prioritário que permitiu mobilizar um número suficiente de participantes membros da associação.

O processo de responsabilidade e instrumentalização das associações funcionou na maioria das comunidades. Isto levou a reestruturar a diretoria ou então a eleger uma nova (Cachoeirinha, L. do Meio, Cipó, Caldeirão do Tibério).

O processo proporcionou uma conscientização quanto à importância do acesso à informação e da sua circulação. Isto já teve conseqüências quanto à cobrança nas diretorias (inclusive do Comitê) e à nomeação de novos delegados da comunidade junto ao Comitê.

Houve conseqüências quanto à participação das comunidades no projeto global, a saber:

- . participação dos jovens e mulheres nos grupos de interesse ou nas comissões temáticas;
- . participação de mulheres e homens adultos (agricultores) nas sessões ou cursos de educação de adultos do projeto de capacitação;
- . matrícula dos filhos na nova escola (5a. série)

A principal conseqüência desse processo foi a valorização pelos agricultores, jovens, mulheres e, em primeiro lugar, pelos dirigentes comunitários da importância da informação e da formação. A grande demanda hoje, em particular quanto aos aspectos produtivos ou às atividades econômicas, formula-se, portanto, em termos de capacitação e de acesso à informação, sem que seja mais necessária a iniciativa dos técnicos.

Os temas selecionados são os seguintes:

1) Formas de organização dos produtores

- papel da associação;
- papel dos dirigentes;
- organização de associações - estatutos.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.24

2) Importância da circulação da informação

- papel da comunicação;
- como comunicar (por escrito, oralmente);
- como organizar e animar uma reunião;
- como redigir uma ata de reunião.

3) Planejamento/programação

O caso do projeto e do centro de capacitação de Massaroca

4) A gestão/administração de bens coletivos

- as comissões "equipamentos";
- o caso do trator;
- o caso do caminhão;
- o caderno de contabilidade simples.

CONCLUSÕES

A dinâmica de organização da comunidade de Massaroca é caracterizada, antes de tudo, pela capacidade de adaptação dos agricultores à evolução e à variabilidade das condições de produção. Além da adaptação ao ambiente agroecológico particularmente flutuante, é notável a sua adaptação ao contexto econômico, em particular através dos sistemas da pecuária mista e da sucessão de ciclos de culturas de venda, para complementar a renda familiar.

Finalmente, não é uma surpresa verificar uma capacidade de adaptação social frente às importantes mudanças institucionais e sócio econômicas dos últimos 30 anos.

A fase das associações comunitárias é característica do modelo de desenvolvimento assistencialista dos anos 80. A experiência do comitê pode ser considerada uma exceção na região Nordeste e, portanto, constitui uma referência bastante original.

Mediante um contexto de intervenção igualmente original, associando a pesquisa agropecuária e a extensão rural num processo participativo, a maioria dos dirigentes das associações aproveitaram a presença dos técnicos para projetar um plano comum de desenvolvimento local.

Apesar de dificuldades de acesso à informação, de problemas do manejo e da administração dos projetos ou de domínio das regras do mercado, importantes benefícios coletivos e individuais foram obtidos, através da dinâmica de desenvolvimento local: infraestrutura de educação, de recursos hídricos, acesso ao crédito, assistência técnica, capacitação.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.25

A fase de acompanhamento e capacitação tem contribuído para corrigir, em parte, as distorções e diferenciações evidenciadas durante as primeiras avaliações, devido a uma apropriação seletiva e desigual dos recursos externos e da assistência técnica.

Entre outros ensinamentos, os agentes de desenvolvimento envolvidos no processo têm destacado várias contribuições dessa experiência de acompanhamento e de promoção da emancipação das organizações locais.

Houve um importante processo de circulação da informação, de apropriação das inovações e de responsabilização das estruturas locais, o que tem contribuído para uma maior autonomia das organizações comunitárias.

Durante esse processo de tomada de responsabilidade e de emancipação da organização local, houve um melhor entendimento das relações entre técnicos (Pesquisa & Desenvolvimento) e produtores, assim como um esclarecimento das funções, do papel e dos limites de cada um. Mesmo assim, após dez anos de intervenção e de apoio à decisão, esse processo de emancipação e de redução da intervenção dos técnicos não se realizou sem dificuldades.

Isto tem demonstrado a importância de uma metodologia adaptada. É imprescindível dispor de instrumentos pedagógicos e metodológicos bem preparados e apropriados à diversidade ou à especificidade do público.

BIBLIOGRAFIA

- CARON, P.; PREVOST, F.; GUIMARÃES FILHO, C.; TONNEAU, J.P. **Prendre en compte les stratégies des éleveurs dans l'élaboration d'un projet de développement: le cas d'une petite région du Sertão brésilien.** Saragosse: INRA-SAP/IAM, 1992. 14p.
- COULMIN, P., La décentralisation; la dynamique du développement local. Paris: SYROS/ADELS, 1986. 250p.
- EMBRAPA-Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido. Unidade Regional de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste-URCA-NE (Petrolina-PE). **Estudo de itinerário de desenvolvimento: o caso da comunidade de Lagoinha - Distrito de Massaroca - Juazeiro-BA.** Petrolina, PE, 1994. 52p. Anexos mapas.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 15.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.
- POUDEVIGNE, J.; RICHE, G.R.; TONNEAU, J.P.; VIEIRA, V.J. de S.; SILVA, C. A. da; CERQUEIRA, W.L.L.; SILVA, E.B. da; COELHO, E.M. **Massaroca: uma experiência de planejamento comunitário.** Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA/EMATER-BA, 1989. Não paginado, il. Mimeografado.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.26

ROLIM, A.N.; SENA, C.P. de. **Juazeiro: trajetória histórica.** Juazeiro, BA: Gutemberg, 1992. 348p.

ROLIM, A.N. **Fundo de pasto: um projeto de vida sertaneja.** Salvador: CAR/INTERBA/UFBA, 1987. 110p.

SANTANA, R.A. de; OLIVEIRA, J.S. de; CARON, P. **O zoneamento por entrevista de "pessoas chaves", proposta metodológica para subsidiar o planejamento municipal.** Juazeiro, BA: ADAC/CIRAD-SAR, 1994. 22p.

TONNEAU, J.P. **Modernisation des espaces ruraux et paysannerie: le cas du Nordeste du Brésil.** Nanterre, França: Universidade de Paris X, 1994. 383p.

Unidade de Planejamento Agropecuário do Município de Juazeiro-UPAGRO (**Zoneamento das unidades de desenvolvimento do Município de Juazeiro.** Juazeiro: UPAGRO/ADAC. No prelo.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.27

ANEXO 1 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Temas das sessões sobre associativismo e instrumentos produzidos

Sessão Nº 1: os dois caminhos do desenvolvimento da região de Massaroca:

- 1) as associações comunitárias (AC)
- 2) o comitê de associações agropastoris de Massaroca (CAAM)

Instrumento: cartaz, fotografias etc

Produto: Reconstrução interativa de uma representação gráfica (mural) da dinâmica associativa.

Sessão Nº 2: os tipos de associações - as funções das associações

temas

- tipos de associações e formas de organização
- as funções na associações
- funções da diretoria

Instrumento: Cartaz, mural.

Essas duas primeiras sessões foram decisivas para que o conjunto da população das comunidade (aplicadas em cada associação) se dessem conta da existência, da razão de ser e do papel das associações e do comitê.

Sessão Nº 3: Papel do sócio

Submetas

- análise dos tipos de sócios
- construção coletiva em torno do papel do sócio.

Instrumento: cartazes e desenhos, painel

Produto: reconstrução coletiva e interativa do sócio ideal para cada comunidade ou organização.

DOC/127, Embrapa Semi-Árido, maio/99, p.28

Sessão Nº 4: Vida associativa

Sub-temas

- informação sobre estatutos (fotocópia dos estatutos)
- informação para eleição dos diretores

Instrumento/produto: Retrato da vida

Sessão Nº 5: O plano de desenvolvimento comunitário

Subtemas

- hierarquização dos problemas e demandas
- propostas de soluções e ações

Instrumento: diagrama, fichas

Produto: formulação e implementação de um projeto comunitário

Sessão Nº 6: As comissões temáticas

Subtemas

- representação e importância das comissões
- organização de uma comissão

Instrumento: cartazes, tarjetas com novos representantes

Produto: organização de um painel

Sessão Nº 7: Auto avaliação de uma comissão temática

Subtemas

Exemplos: Manejo de equipamento

Crédito

Capacitação

Instrumentos: Cartazes, painel, simulação (sociodrama), brincadeiras, anedotas.

Produto: Auto avaliação e orientação dos subprojetos (capacitação, crédito, equipamentos)